RDFAS

Temário geral

DIREITO DE FAMÍLIA

- As transformações no direito de família e das sucessões. Afeto e responsabilidade. Interesses individuais e solidariedade.
- 2. Monogamia como princípio basilar do casamento e da união estável. Poligamia e inexistência de efeitos no direito de família e das sucessões.
- 3. Noivado. Conceito e natureza jurídica. Diferenças entre noivado e união estável. Responsabilidade civil pelo rompimento injustificado. Sociedade de fato.
- 4. Casamento. Pacto antenupcial: cláusulas de cunho pessoal e patrimonial.
- 5. Casamento. Celebração. Conversão da união estável em casamento.
- 6. Casamento. Erro essencial quanto à pessoa do cônjuge.
- 7. Casamento. Casamento putativo.
- Casamento. Deveres pessoais. Assistência material: auxílio econômico recíproco.
 Assistência imaterial: proteção aos direitos da personalidade. Respeito e consideração aos direitos da personalidade.
- 9. Casamento. Fidelidade: adultério e quase adultério (infidelidade virtual). Coabitação.
- 10. Casamento. Deveres patrimoniais: chefia da sociedade conjugal (conteúdo e alcance) e administração do patrimônio comum em benefício da família.
- 11. Casamento. Regime de bens. Comunhão parcial. Participação final nos aquestos. Comunhão universal.
- 12. Casamento. Regime da separação convencional. Regime da separação obrigatória.
- 13. Casamento. Dissolução. Divórcio e separação. Emenda Constitucional 66/10. Histórico da dissolução do casamento no direito brasileiro. Natureza conversiva do divórcio antes da EC 66/10. Dissolução da sociedade conjugal e dissolução do vínculo conjugal. Trâmite da EC 66/10 no Congresso Nacional. Correntes de pensamento sobre a aplicação da EC 66/10. Interpretação sistemática da EC 66/10. Recriação do divórcio.
- 14. Casamento. Dissolução. Espécie culposa. Significado da culpa no direito e na psicanálise.
- 15. Casamento. Dissolução. Espécie ruptura. Espécie remédio.
- 16. Casamento. Dissolução. A reconvenção na dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
- 17. Casamento. Dissolução judicial consensual. Divórcio e separação. Requisitos. Tentativa de reconciliação.
- 18. Casamento. Dissolução extrajudicial. Requisitos. Cláusulas.
- 19. Casamento. Ação cautelar de separação de corpos e seus efeitos. Separação de fato sem medida cautelar de separação de corpos.
- 20. Casamento. Responsabilidade civil no rompimento. Pressupostos e fundamento da reparação de danos no rompimento. Danos morais. Danos materiais. Danos diretos e indiretos. Competência jurisdicional. Cumulação dos pedidos de dissolução do casamento e de reparação de danos.
- 21. União estável. Histórico, natureza e requisitos de constituição. Distinção de namoro e declaração de namoro.
- 22. União estável. Efeitos jurídicos pessoais.

- 23. União estável. Efeitos jurídicos patrimoniais. Regime de bens. Regime legal e regimes eletivos. Aplicabilidade na união estável das regras gerais do regime de bens do casamento. Efeitos jurídicos perante terceiros. Registro (Provimento CNJ n. 37/2014).
- 24. União estável. Pacto. Elementos essenciais. Cláusulas de cunho pessoal e patrimonial.
- 25. União estável putativa.
- 26. União estável. Dissolução por pedido unilateral. Dissolução culposa. Reparação de danos morais e materiais.
- 27. União estável. Dissolução não culposa. Dissolução consensual. Ação de reconhecimento de união estável.
- 28. Uniões entre pessoas do mesmo sexo. Requisitos da constituição de união estável e produção de efeitos no direito de família e das sucessões. Precedentes jurisprudenciais. ADPF 132-RJ e ADI 4.277-DF. Efeitos pessoais e patrimoniais recíprocos. Efeitos perante terceiros: adoção e reprodução assistida.
- 29. Uniões entre pessoas do mesmo sexo. Conversão da união estável em casamento civil. Casamento civil na Resolução CNJ n. 175/2013. Efeitos pessoais e patrimoniais recíprocos. Efeitos perante terceiros: adoção e reprodução assistida.
- 30. Uniões entre pessoas do mesmo sexo. Pacto de união estável e pacto antenupcial. Cláusulas de cunho pessoal e patrimonial.
- 31. União estável. Concubinato e efeitos exclusivos no direito das obrigações.
- 32. Relações de parentesco. Disposições gerais. Espécies de parentesco e contagem de graus. Filiação. Presunção de paternidade. Ação negatória de paternidade.
- 33. Relações de parentesco. Filiação socioafetiva. Posse do estado de filho. Filhos de criação. "Adoção à brasileira".
- 34. Relações de parentesco. Reconhecimento dos filhos. Formas de reconhecimento da filiação extramatrimonial. Reconhecimento voluntário. Reconhecimento forçado. Ação de reconhecimento de filiação. Legitimidade e imprescritibilidade.
- 35. Relações de parentesco. Provas na ação de reconhecimento da filiação. Prova direta e indireta. Presunção pela recusa à realização do DNA. Reconhecimento da paternidade do nascituro.
- 36. Relações de parentesco. Responsabilidade civil entre pais e filhos. Reparação civil de danos pela recusa ao reconhecimento voluntário da filiação.
- 37. Relações de parentesco. Poder familiar. Conteúdo. Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.
- 38. Relações de parentesco. Guarda e visitas. A guarda de filhos na atualidade. Princípios aplicáveis. Mudanças na sociedade e sua influência nas relações entre pais e filhos. Espécies de guarda. Guarda unilateral. Guarda compartilhada. Guarda alternada. Guarda Nidal.
- 39. Relações de parentesco. Guarda e visitas. Direito/dever de guarda. Natureza dúplice e seus efeitos. Direito/dever de visitas. Natureza dúplice e seus efeitos. Efeitos do vínculo familiar sobre a guarda e as visitas. Direito de visitas dos avós e outros parentes. Direito de ser visitado.
- 40. Relações de parentesco. Alienação Parental. Agentes e vítimas. Práticas alienantes. Desqualificação de genitor, impedimentos à convivência, mudança de domicílio, falsas acusações. Sanções. Advertência, multa, ampliação do regime de companhia do genitor alienado, modificação de guarda, suspensão do poder familiar e reparação de danos.
- 41. Relações de parentesco. Guarda e visitas. Descumprimento pelo genitor do dever/direito de ter o filho em sua companhia. Reparação de danos morais e materiais. Penalidade de

- Multa. Suspensão e perda do poder familiar. Manutenção do poder familiar e perda do direito de ter o filho em sua companhia.
- 42. Relações de parentesco. Guarda e visitas. Ação de fixação e ação de revisão de guarda. Ação de fixação e ação de revisão de visitas.
- 43. Relações de parentesco. Adoção. Adoção de menor e de maior de idade. Requisitos. Efeitos pessoais e patrimoniais. Cadastro de adotantes e procedimento de adoção.
- 44. Relações de parentesco. Adoção. Adoção por estrangeiros ou por brasileiros não residentes no país. Adoção de maior.
- 45. Relações de parentesco. Paternidade socioafetiva. Conceito. Requisitos. Efeitos. Multiparentalidade.
- 46. Alimentos. Natureza. Conteúdo. Princípios. Critérios de fixação e base de incidência.
- 47. Alimentos assistenciais e alimentos compensatórios.
- 48. Alimentos decorrentes da administração de bens comuns pelo outro cônjuge.
- 49. Alimentos. Ação de oferta de alimentos. Alimentos provisórios e provisionais em ação de alimentos e em ação de oferta de alimentos. Medida cautelar e procedimento especial.
- 50. Alimentos oriundos do casamento e da união estável.
- 51. Alimentos oriundos do vínculo de parentesco. Alimentos aos descendentes.
- 52. Alimentos oriundos do vínculo de parentesco. Alimentos aos ascendentes. Efeitos da idade do alimentando na pensão alimentícia. Solidariedade.
- 53. Alimentos gravídicos.
- 54. Alimentos transitórios.
- 55. Alimentos. Culpa e comportamento indigno na perda do direito a alimentos.
- 56. Alimentos indispensáveis.
- 57. Alimentos. Efeitos da apelação em sentenças de majoração, redução e exoneração da pensão alimentícia.
- 58. Alimentos. Ação revisional de alimentos.
- 59. Alimentos. Prestação de contas e direito à informação.
- 60. Alimentos. Garantias do pagamento do débito alimentar.
- 61. Alimentos. Execução. A reforma processual. Aplicação das alterações do art. 475 do CPC à execução de alimentos promovida pelo procedimento dos arts. 732 e 733 do mesmo diploma processual.
- 62. Violência doméstica. Princípios norteadores do combate à violência doméstica. Aspectos constitucionais. Hermenêutica do sistema de proteção. Estrutura jurídica.
- 63. Violência doméstica. Tutela administrativa.
- 64. Violência doméstica. Tutela civil.
- 65. Violência doméstica. Tutela penal.
- 66. Violência doméstica. Tutela processual civil e tutela processual coletiva.
- 67. Menor em situação irregular ou de risco.
- 68. Idoso. Terminologia, critérios e conceito. Normas legais: Constituição Federal; Estatuto do Idoso; Código Civil. Direito de Família: convivência familiar e comunitária.
- 69. Bem de família. Voluntário. Bem de família no CC de 2002. Quem pode instituir e qual o prédio que pode ser constituído em bem de família. Sua destinação específica. Inalienabilidade, impenhorabilidade e duração do bem de família. Processo de constituição.
- 70. Bem de família na Lei 8.009/90. Súmula 364 do STJ e seu alcance.
- 71. Bem de família. Proteção em juízo. Embargos do devedor e embargos de terceiro. Legitimidade ativa. Coisa julgada.

- 72. Tutela e curatela. Pessoas sujeitas à tutela e à curatela. Pessoas incapazes de exercer a tutela. Escusa dos tutores. Garantia da tutela. Exercício da tutela. Bens do tutelado e prestação de contas do tutor. Cessação da tutela.
- 73. Tutela e curatela. Processo de interdição. Prestação de contas. Levantamento da interdição. Disposições da tutela aplicáveis à curatela. Extensão da autoridade do curador. Curatela do nascituro.
- 74. Provas no direito de família. Provas lícitas. Provas ilícitas.
- 75. Provas no direito de família. Prova pericial. Perícia psiquiátrica em casos de guarda e de visitas. Perícia psiquiátrica em casos de invalidade e dissolução de casamento. Perícia psiquiátrica em casos de interdição.
- 76. Provas no direito de família. Prova pericial. Perícia psicológica em casos de guarda e de visitas. Perícia psicológica em casos de dissolução de casamento.
- 77. Provas no direito de família. Prova pericial. Perícia social em casos de guarda e de visitas. Perícia social em casos de interdição.
- 78. Provas no direito de família. Perícias contábeis e econômicas.
- 79. Abuso de direito nas relações de família. Proibição de comportamento contraditório. A confiança como elemento das relações jurídicas. A boa-fé objetiva no direito de família.
- 80. Questões societárias no Direito de Família.

DIREITO DAS SUCESSÕES

- 1. Direito à herança. Pressupostos e objetivos. Sucessão por morte. Sucessão por ausência. Sucessão por desaparecimento. Sucessão legítima e testamentária. Abertura da sucessão. Lei vigente e capacidade para suceder.
- 2. Direito à herança. Partilha extrajudicial. Requisitos. Aspectos formais. Aspectos práticos.
- 3. Direito à herança. Transmissão e administração da herança. Natureza jurídica da inventariança. Posse do inventariante e dos herdeiros. Indivisibilidade da herança.
- 4. Direito à herança. Cessão de direitos hereditários. Responsabilidade limitada às forças da herança. Petição de herança. Aceitação da herança. Ação interrogatória. Fecundação *in vitro*, reprodução assistida *post mortem* e direito à herança.
- Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Direito à herança do cônjuge. Pressuposto: casamento e comunhão de vidas. Direito à herança do cônjuge em concorrência com ascendentes. Direito de habitação.
- 6. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Legítima. Cálculo e colação.
- 7. Sucessão legítima. Direito à herança do companheiro na união estável entre o homem e a mulher e na união estável entre pessoas do mesmo sexo. Reserva de bens.
- 8. Sucessão legítima. Direito de representação.
- 9. Herança jacente. Destinação dos bens da herança.
- 10. Sucessão testamentária. Capacidade testamentária ativa e passiva. Testamenteiro.
- 11. Sucessão testamentária. Regras de interpretação de testamento.
- 12. Sucessão testamentária. Formas de testamento. Formas ordinárias. Testamento cerrado. Testamento particular. Codicilo.
- 13. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade e justa causa.
- 14. Sucessão testamentária. Redução das disposições testamentárias.
- 15. Sucessão testamentária. Legado. Espécies. Legado de coisa genérica e singularizada. Legado de alimentos. Legado de usufruto.
- 16. Sucessão testamentária. Revogação, nulidade e rompimento do testamento.

- 17. Exclusão da herança. Premoriência e comoriência. Renúncia.
- 18. Exclusão da herança. Indignidade. Deserdação.
- 19. Aspectos processuais da sucessão. Foro competente para o inventário. Inventário, arrolamento e alvará. Inventário negativo. Abertura de inventário.
- 20. Aspectos processuais da sucessão. Tutelas de urgência.
- 21. Aspectos processuais da sucessão. Inventariante. Nomeação, destituição e remoção.
- 22. Aspectos processuais da sucessão. Petição de herança.
- 23. Aspectos processuais da sucessão. Primeiras declarações. Citação dos interessados. Colação. Avaliação dos bens. Habilitação do credor. Pagamento das dívidas. Questões de alta indagação. Últimas declarações.
- 24. Aspectos processuais da sucessão. Partilha. Espécies. Sobrepartilha. Sonegados. Anulação, rescisão e nulidade de partilha.
- 25. Questões societárias no Direito das Sucessões.
- 26. Planejamento sucessório. Doacões em vida. Testamento.
- 27. Planejamento sucessório. Aspectos tributários da doação em vida e da sucessão.

MEDIAÇÃO EM DIREITO DE FAMÍLIA

- 1. Mediação psicojurídica no direito de família
- 2. Mediação: importância e caracterização
- 3. Mediação privada e mediação judicial
- 4. Mediação: conceito e procedimento
- 5. Aspectos emocionais dos conflitos judiciais
- 6. Mediação na guarda de filhos
- 7. Conflito, comunicação e linguagem nos conflitos de família
- 8. Da comediação nas causas judiciais de família
- 9. Resolução nº 125/10, do CNJ, e a mediação familiar
- 10. A mediação familiar no pls nº 517, de 2011

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1. Convenções da Conferência da Haia sobre Direito de Família
- 2. Sequestro de menores
- 3. A necessidade de internalizar a convenção de 2007 de cobrança de alimentos
- 4. Reconhecimento e execução de acordos privados na área de família

BIOÉTICA – QUESTÕES RELEVANTES EM DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

DIREITO PREVIDENCIÁRIO – QUESTÕES RELEVANTES EM DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

DIREITOS HUMANOS